



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 40/2019

Proposio : Projeto de Lei Complementar n 11/2019
Autoria : Executivo
Assunto : Altera o Código Tributário Municipal, para adequar-se às normas gerais de liberdade econmica estabelecidas pela Lei Federal n 13.874, de 20 de setembro de 2019, e dá outras providências.

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais;

APROVA:

Art. 1. O Código Tributário Municipal, Lei Complementar n 18 de 10 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redao:

“Art. 30. Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, deverá promover sua inscrio no Cadastro Fiscal, inclusive através de meio eletrônico, de quaisquer dos tributos municipais, para cada um de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito, escritório inclusive de contato, show-room, posto de atendimento de qualquer natureza, endereço de correspondência, endereço de terceiro onde atua economicamente, ainda que temporariamente, inclusive condomínio edilício, obra de construo civil ou qualquer outra, independente da denominao que vier a ser adotada, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades fixadas em regulamento.

 1. Sem prejuízo do cadastramento de que trata o caput, as pessoas físicas e jurídicas deverão ainda:

I - emitir documentos fiscais;

II - manter escriturao fiscal quando necessário;

III - manter atualizados seus dados cadastrais;

IV - atender as demais exigências de qualquer outro sistema adotado pela administrao tributária, através de regulamento ou notificao pessoal.

 2. O responsável pela escriturao contábil e fiscal, pessoa física ou jurídica, contratado sem vínculo empregatício, desde que cientificada a Secretaria de Finanças, poderá manter sob sua guarda livros e documentos fiscais, inclusive eletrnicos, de seus clientes, exceto Alvarás de Licncia para Funcionamento, de Saúde, do Corpo de Bombeiros, Cetesb, Certificados de Licenciamento Integrado, entre outros, devendo a exibo desses,  fiscalizao, ser efetuada no local por esta indicado.

 3. O disposto neste artigo, salvo disposio em contrário, aplica-se às demais pessoas consideradas como solidariamente responsáveis.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 30-A. Fica o Executivo Municipal autorizado  instituição do Domicílio Tributário Eletrnico, que substituir para todos os fins, o domicílio tributário do contribuinte ou responsável.

 1. Sempre que possível aplica-se ao disposto no caput, quando cabível, o disposto no art. 127 do Código Tributário Nacional.

 2. As normas de funcionamento e utilização do Domicílio Tributário Eletrnico serão disciplinadas em regulamento.

Art. 34. A cobrança da dvida tributária do Município será procedida:

I - por via amigável - quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

II - pelo protesto administrativo, nos termos da legislação federal;

III - por via judicial - quando processada pelos órgão judiciários.

Parágrafo nico. As vias a que se refere este artigo são independentes uma das outras, podendo a Administração Pública, quando o interesse da Fazenda Pública Municipal assim o exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dvida.

Art. 42. A ciência dos atos e decisões far-se-:

I – pessoalmente;

II – pelo correio;

III – por sistema de comunicação eletrônica, destinado, dentre outras finalidades, a:

a - cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos às decisões em processos administrativos tributários, e a ações fiscais;

b - encaminhar notificações e intimações; e

c- expedir avisos em geral.

IV - por edital na imprensa local, integral ou resumido, se desconhecido o domicílio tributário ou na impossibilidade do cumprimento dos incisos anteriores.

 1. Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seção para as intimações.

 2. Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.

 3. Quando se tratar de notificação de lançamento de imposto predial e territorial urbano (IPTU) a ciência se dará através da entrega do carnê pelos correios, ou, através da obtenção de segunda via obtida no portal da Prefeitura Municipal na rede mundial de computadores.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

§ 4º. O sistema de comunicação eletrônica, de que trata o inciso III do caput deste artigo, será regulamentado, observando-se o seguinte:

I - as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

II - a comunicação feita na forma aqui prevista será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

III - a ciência por meio do sistema de que trata o inciso III do caput deste artigo, com utilização de certificação digital ou de código de acesso possuirá os requisitos de validade;

IV - considerar-se realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação; e

V - na hipótese do inciso IV, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

Art. 43. A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recebimento mediante entrega de uma via, contra-recibo do interessado, em seu domicílio tributário, ou onde se encontrar;

II - quando por via postal, na data do recibo de volta, e, se for essa omitida ou não houver, 15 (quinze) dias após a entrega da notificação nos Correios;

III - se por sistema de comunicação eletrônica, na data da ciência, ou transcorridos 30 (trinta) dias do encaminhamento da comunicação;

IV - quando por edital na imprensa local, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

Art. 160. O contribuinte deve promover sua inscrição Fiscal antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessárias para a correta fiscalização do tributo, nos formulários oficiais próprios, inclusive por meio eletrônico, conforme disciplinado em regulamento.

§ 1º. Para cada estabelecimento prestador de serviços haverá inscrição distinta.

§ 2º. A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

§ 3º. A concessão da inscrição fica condicionada ao atendimento das exigências a serem disciplinadas em regulamento, para o exercício de cada atividade.

§ 4º. A concessão da inscrição fiscal está condicionada a aprovação da viabilidade pelo sistema integrado



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

denominado Rede Nacional para a Simplificao do Registro e Legalizao de Empresas e Negócios (REDESIM).

 5. Aplica-se subsidiariamente a inscrio no Cadastro Fiscal Mobiliário o disciplinado no Capítulo das Taxas de Licença.

Art. 161. As pessoas físicas e jurídicas, para fins de inscrio, deverão apresentar a documentao devida na forma e conforme disposto em regulamento.

Art. 162. Os prestadores de serviço sujeitos ao imposto, de conformidade com os subitens 7-02 e 7-05 da lista de serviços, previstos no artigo 152, deverão proceder a escriturao fiscal, por obra a ser administrada, empreitada ou subempreitada.

Art. 163. Os contribuintes a que se refere o artigo 152 deverão atualizar os dados cadastrais, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência.

Parágrafo nico. No caso de alterao de endereço deverá ser efetuada a consulta prévia de viabilidade, antes da mudança efetiva.

Art. 189. As taxas de licença têm como fato gerador as atividades da Administrao Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a absteno de fato, em razão de interesse público concernente à segurança,  higiene,  ordem, aos costumes,  localizao e funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestao de serviços, inclusive em áreas públicas; do exercício de atividades dependentes de concessão ou autorizao do poder público  disciplina das construes e do desenvolvimento urbanístico;  esttica da cidade,  tranuilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

 1 Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

 2. O poder de polícia administrativa será exercido em relao a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos deste Código e da legislao vigente, de prévia licença da Prefeitura.

 3. Nos casos de desenvolvimento de atividade econmica de baixo risco, para sustento próprio ou de sua família, para a qual o empreendedor se valha exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais fica dispensado de vistoria prévia, sem prejuízo da cobrança das taxas de fiscalizao devidas.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 193. Os contribuintes a que se refere o artigo 191 deverão comunicar o encerramento ou a alteração de dados cadastrais de suas atividades até 30 (trinta) dias após sua ocorrência.

 1. O contribuinte comunicará previamente à repartiuo fiscal a transferência e/ou alteração de atividade do estabelecimento ou a mudança de endereço, que somente será autorizada após a aprovação da viabilidade pelo sistema integrado denominado Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

 2. A alteração do quadro societário não implica em incidência de nova taxa de fiscalização.

 3. O encerramento de uma pessoa jurídica e a abertura de nova pessoa jurídica, ainda que no mesmo endereço e com a mesma atividade da antecessora gera nova incidência de taxa de fiscalização.

Art. 197. Os contribuintes inscrever-se-o na repartiuo fiscal, antes de iniciarem suas atividades, através do sistema integrado denominado Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

1. A concessão da inscrição e respectiva licença estão condicionados a aprovação de viabilidade do sistema integrado denominado Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), de acordo com o porte e o grau de risco da atividade pretendida.

2. Para todo e qualquer estabelecimento haverá uma inscrição distinta.

3. Nos casos de desenvolvimento de atividade de baixo e médio risco, as vistorias somente serão realizadas após o início de atividade.

Art. 198. Aos contribuintes que satisfizerem as exigências regulamentares será concedido, o Certificado de Licenciamento Integrado através do sistema integrado denominado Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

Pargrafonico. Para as atividades que dispensam a emissão de alvará de licença será fornecido um termo de vistoria, quando da fiscalização da atividade.

Art. 202. Revogado.

Art. 203. Revogado.

Art. 204. Revogado.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 205. Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique  indústria, ao comércio,  prestação de serviços, ou a qualquer outra atividade, s poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante aprovação de viabilidade no sistema integrado denominado Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

 1. Aprovada a viabilidade, independentemente do grau de risco da atividade, será lançada a Taxa de Fiscalização da Licença para Funcionamento para o período do exercício em curso.

 2. Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

 3. A Taxa de Fiscalização da Licença para Funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

 4. A Taxa de Fiscalização da Licença para Funcionamento  arrecadada juntamente com o imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN), nas datas e prazos fixados para estes, quando se tratar de contribuinte enquadrado no regime de ISSQN fixo.

 5. O pagamento da taxa não autoriza o Funcionamento do estabelecimento nos casos de grau de risco alto, onde será exigida vistoria prévia.

Art. 206. As pessoas relacionadas no artigo anterior que queiram manter seus estabelecimentos abertos fora do horário normal, nos locais em que a lei permitir, s poderão iniciar suas atividades mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa correspondente, observado o disposto no artigo 208.

Parágrafo nico. Considera-se horário especial, o período correspondente aos domingos e feriados, em qualquer horário, e, nos dias úteis, das 18 horas às 06 horas.

Art. 207. Para os estabelecimentos abertos em horário especial, a Taxa de Fiscalização da licença para Funcionamento será acrescida de 100%(cem por cento) sobre o seu valor.

Art. 208. Os acréscimos constantes do artigo 207 não se aplicam às seguintes atividades:

- I - serviços de transportes coletivos;
- II - institutos de educação e de assistência social;
- III - hospitais e congneres;
- IV – farmácias e drogarias;
- V - serviço telefnico;
- VI - serviço de vigilância e segurança.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 209. A licença para funcionamento será concedida desde que observadas as condioes estabelecidas para o exercício de cada atividade na legislaao municipal, estadual e federal.

 1. Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificaoes nas características do estabelecimento, no exercício da atividade ou transferência de firma individual, inclusive nos casos de mudança de endereço de prestadores de serviço sem estabelecimento fixo.

 2. A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condioes que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicaçao das penalidades cabíveis, não cumprir as determinaoes da Prefeitura para regularizar a situaao do estabelecimento.

 3. As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível ao público e de fácil acesso  fiscalizaao.

 4. Nos casos de sucessão e demais alteraoes, mantendo-se a mesma atividade, o lançamento da nova taxa deverá compensar os valores anteriormente pagos, no mesmo exercício.

 5. Os estabelecimentos dispensados da licença municipal permanecem sujeitos ao poder de polícia municipal, em relaao as normas sobre funcionamento, estando sujeitos  interdiao ou fechamento, no caso de infraao as normas vigentes.

Art. 210. Nos casos de atividades múltiplas, exercidas no mesmo estabelecimento, a Taxa de Fiscalizaao da Licença para Funcionamento será calculada e paga levando-se em consideraao a atividade sujeita a maior nus fiscal.

Art. 2. O anexo II constante no art. 152 da Lei Complementar n 18 de 10 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a redaao do anexo II da presente Lei Complementar.

Art. 3. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicaao, revogando-se as disposioes em contrário.

Câmara Municipal de Guará/SP, 27 de setembro de 2019.

Regina Rodrigues Coelho
Presidente

Fabiana Junqueira Seribeli
1 Secretária



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Valdeir Ponciano da Silva

2 Secretário



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

ANEXO II DO ART. 152 DA Lei Complementar n 18 de 10 de dezembro de 2002

Itens/ Subitens	SERVIÇOS	Alíquotas	
		“ad valorem” %	Fixas por ano UFM
17	SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, JURÍDICO, CONTÁBIL, COMERCIAL E CONGNERES		
17.01	(...)		
17.02	(...)		
17.03	(...)		
17.04	(...)		
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5	5
17.06	(...)		
17.08	Franquia (franchising).	5	8

Câmara Municipal de Guará/SP, 27 de setembro de 2019.

Regina Rodrigues Coelho
Presidente

Fabiana Junqueira Seribeli
1 Secretária

Valdeir Ponciano da Silva
2 Secretário